CARE PLUS — É MAIS SAÚDE PARA SUA EMPRESA.

CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA.

CNPJ Nº 02.725.347/0001-27

ANS - nº 37.995-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. submete à apreciação, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Nós reconhecemos que as informações contidas neste relatório é um procedimento importante para formar uma opinião em todos os aspectos relevantes, sobre a nossa posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015.

Destinação do lucro

a) Demos cumprimento ao estabelecido no Contrato Social com relação às destinações do lucro, bem como, somos responsáveis em remeter e obter as aprovações, referentes às retenções de lucros e do orçamento de capital.

b) Somos responsáveis pelas premissas utilizadas na elaboração do orçamento de capital, bem como pelo cumprimento deste orçamento.

c) Em 2015, mantivemos como política de destinação de parte dos lucros, a retenção do restante dos lucros ficou para constituição de nossa Margem de Solvência.

Riscos e incertezas

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, apuramos e registramos diversas estimativas contábeis, as quais foram computadas com base em dados consistentes, tendo sido divulgados nas demonstrações financeiras os riscos e incertezas inerentes a este processo.

Não há riscos e incertezas relacionadas ao uso de estimativas contábeis e nem vulnerabilidades ocasionadas por concentrações relevantes que não tenham sido divulgadas.

Negócios Sociais

Em 2015, o mercado segurador do ramo de saúde gerou grande utilização dos planos, porém, a empresa manteve sua meta de sinistralidade que ficou dentro das expectativas, contribuindo para um resultado de exercício conforme esperado, que manteve de forma positiva o desempenho da sociedade.

Reorganização societária

Não houve ao longo do exercício de 2015 e não está sendo ponderada nenhuma reorganização societária e alterações de controle direto e indireto da entidade.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes

Para os exercícios seguintes e para poder enfrentar eventuais novos momentos atípicos do mercado de seguro saúde, a Care Plus manter-se-á reformulando medidas de análise e controle em relação às despesas com utilização do plano de saúde, sem afetar sua principal característica, que é o atendimento de excelência. Continuará, também, revendo medidas de maior controle em relação às despesas administrativas com o intuito de manter seu equilíbrio econômico, independentemente de ações sazonais de mercado.

Principais investimentos realizados

Em 2015, também continuamos a investir em tecnologia com o objetivo de melhorar nossa performance e atendimento aos nossos associados, com recursos provenientes de nossas reservas financeiras.

Acordo dos acionistas

Para 2015, os acionistas resolveram efetuar a retirada mínima de lucros, em 2014 optaram em retirar parte dos lucros, mantendo o objetivo de compor os valores necessários à efetivação da Margem de Solvência.

Capacidade financeira

A entidade possui capacidade financeira em disponíveis que configuram valores superiores aos necessários para manter sua operação de forma saudável, as quais são classificadas como recebíveis e disponíveis em aplicações financeiras que compreendem, principalmente, aplicações em fundos de investimentos, classificados como conservadores.

Emissão de debêntures

Não houve emissão de debêntures no ano de 2015.

Investimentos em sociedades coligadas e controladas

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. não possui sociedades coligadas e controladas.

Barueri, 23 de março de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2015	2014
Ativo circulante		145.540	104.330
Disponível		2.606	83
Realizável		142.934	104.247
Aplicações financeiras	4	129.689	96.367
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		48.906	37.891
Aplicações não vinculadas		80.783	58.476
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.202	939
Contraprestação pecuniária a receber	5	1.202	939
Créditos tributários e previdenciários		488	507
Bens e títulos a receber	6	11.555	6.434
Ativo não circulante		12.420	13.681
Realizável a longo prazo		1.273	2.165
Títulos e créditos a receber		-	1.941
Depósitos judiciais e fiscais		1.273	224
Imobilizado	7	11.132	11.514
Imóveis		7.701	7.985
Imóveis - não hospitalares / odontológicos		7.701	7.985
Imobilizado de uso próprio		3.431	3.529
Não hospitalares / odontológicos		3.431	3.529
Intangível		15	2
Total do ativo		157.960	118.011

Passivo	Nota	2015	2014 (*)
Passivo circulante		101.033	78.468
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		59.471	44.919
Provisões de prêmios / contraprestações		159	116
Provisão para remissão		159	116
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para o SUS	9	212	219
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	9	14.663	12.267
Provisão para eventos / sinistros de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	9c	44.437	32.317
Débitos de operações de assistência à saúde		2.854	1.390
Comercialização sobre operações		2.576	1.148
Operadoras de planos de assistência odontológica		278	242
Tributos e encargos sociais a recolher	11	4.858	3.486
Débitos diversos	12	33.850	28.673
Passivo não circulante		1.842	1.649
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		60	13
Provisão para remissão		60	13
Provisões		1.782	1.636
Provisões para tributos diferidos		70	80
Provisões para ações judiciais	10	1.712	1.556
Patrimônio líquido / patrimônio social		55.085	37.894
Capital social / patrimônio social	13	10.000	6.700
Reservas		45.085	31.194
Reservas de capital / reservas patrimoniais		473	494
Reservas de lucros / sobras / retenção de superávits		44.612	30.700
Total do passivo		157.960	118.011

(*) Os saldos de provisões para ações judiciais estão sendo reapresentados para o passivo não circulante. (Vide Nota 2.)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	6.300	492	20.983	-	27.775
Aumento de capital	400	-	-	(400)	-
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	2	-	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.307	18.307
Distribuição do resultado:					
Distribuição mínima assegurada	-	-	-	(1.470)	(1.470)
Distribuição complementar	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	280	-	280
Reserva de lucros	-	-	9.437	(9.437)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.700	494	30.700	-	37.894
Aumento de capital	3.300	-	(3.300)	-	-
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	(21)	-	-	(21)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.240	21.240
Distribuição do resultado:					
Distribuição mínima assegurada (nota 13c)	-	-	-	(1.540)	(1.540)
Distribuição complementar (nota 13c)	-	-	-	(3.014)	(3.014)
Juros sobre capital próprio	-	-	526	-	526
Reserva de lucros	-	-	16.686	(16.686)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.000	473	44.612	-	55.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2015	2014
Contraprestações efetivas de operações com plano de assistência à saúde		561.977	401.794
Receitas com operações de assistência à saúde		571.073	408.698
Contraprestações líquidas / prêmios retidos	14a	571.073	408.698
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	14b	(9.096)	(6.904)
Eventos indenizáveis líquidos		(439.693)	(304.879)
Eventos / sinistros conhecidos ou avisados		(427.573)	(294.290)
Variação da provisão de eventos / sinistros ocorridos e não avisados		(12.120)	(10.589)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		122.284	96.915
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	14d	2.224	610
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		917	961
Outras receitas operacionais		917	961
Outras despesas operacionais	14d	(3.128)	(1.571)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(66)	(92)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.622)	(1.214)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.440)	(265)
Resultado bruto		122.297	96.915
Despesas de comercialização	14c	(53.478)	(35.317)
Despesas administrativas	14e	(50.118)	(41.185)
Resultado financeiro líquido		13.875	8.340
Receitas financeiras	14f	14.719	8.812
Rendimentos com aplicações financeiras		13.963	8.044
Receitas de juros		756	768
Despesas financeiras	14g	(844)	(472)
Resultado patrimonial	14h	(9)	(225)
Despesas patrimoniais		(9)	(225)
Resultado antes dos impostos e participações		32.567	28.528
Imposto de renda	16	(8.322)	(7.511)
Contribuição social	16	(3.005)	(2.710)
Resultado líquido		21.240	18.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - *(Em milhares de reais)*

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	21.240	18.307
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(31)	3
Imposto de renda e contribuição social	10	(1)
	(21)	2
Resultados abrangentes total	21.219	18.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014 (*)
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	570.862	408.076
(+) Resgate de aplicações financeiras	297.244	215.128
(+) Outros recebimentos operacionais	1.466	6.224
(-) Pagamentos a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(418.468)	(279.305)
(-) Pagamento de comissões	(48.763)	(37.856)
(-) Pagamento de pessoal	(38.267)	(29.741)
(-) Pagamento de pró-labore	(1.130)	(721)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(12.015)	(8.023)
(-) Pagamento de tributos	(17.290)	(15.746)
(-) Pagamento de contingências (cíveis / trabalhistas / tributárias)	(-)	(325)
(-) Aplicações financeiras	(319.126)	(248.255)
(-) Outros pagamentos operacionais	(4.462)	(8.014)
Caixa líquido das atividades operacionais	10.051	1.442
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	109	20
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(3.924)	(369)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(3.815)	(349)
Atividades de financiamento		
(+) Outros recebimentos de atividades de financiamento	723	757
(-) Pagamento de participação nos resultados	(4.436)	(8.470)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(3.713)	(7.713)
Variação líquida de caixa	2.523	(6.620)
Caixa - saldo inicial	83	6.703
Caixa - saldo final	2.606	83
Ativos livres no início do exercício	58.559	39.580
Ativos livres no final do exercício	83.389	58.559

(*) A reconciliação do lucro com o caixa líquido das atividades operacionais está apresentada na Nota 18.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. (doravante designada por "Operadora"), foi fundada em 1998 e constituída sobre a forma de sociedade limitada. A Operadora, cuja sede está situada na Avenida Sagitário, nº 138 - em Alphaville, São Paulo, atua como operadora de planos médicos coletivos com cobertura de risco, sem serviços próprios, operando exclusivamente através de rede credenciada ou contratada.

A Operadora é controlada direta da Service Care Participações e Negócios S.A. que detém 75% do seu capital. O restante é detido pelo seu acionista, pessoa física, Roberto Laganá Pinto (também acionista da Service Care).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013.

Na data de publicação dessas demonstrações financeiras, a ANS ainda não havia referendado o pronunciamento técnico CPC 11 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2016.

A Demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método direto, conforme faculdade dada pela RN nº 322/13 da ANS.

Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Resolução Normativa nº 344/14.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Operadora reclassificou para o passivo não circulante as provisões para ações judiciais, anteriormente, classificadas no passivo circulante para melhor apresentação das demonstrações financeiras:

	2014		
	Publicado anteriormente	Reclassificações	Saldo Atual
Passivo			
Circulante	1.556	(1.556)	-
Provisões para ações judiciais	1.556	(1.556)	-
Passivo			
Não circulante	-	1.556	1.556
Provisões para ações judiciais	-	1.556	1.556

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Operadora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Declaração de conformidade

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Operadora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas Notas 2(i) e 2(ii).

Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Operadora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda".

Estimativas e julgamentos

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Operadora requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões técnicas de operações de assistência à saúde, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes, quando da liquidação, são discutidas a seguir:

A. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa (RN) nº 209, de 22 de dezembro de 2009 da ANS, e tem como base os critérios e métodos descritos em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Provisão de benefícios concedidos - É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão, cujo valor é determinado com base em cálculos atuariais, observando os dispostos nas Resoluções Normativas nº 75 de 10 de maio de 2004 e nº 104 de 20 de junho de 2005, da ANS.

Provisão de eventos a liquidar - É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperação, determinada com base nos avisos, relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras individuais.

SUS - Conforme as determinações contidas no Ofício-Circular nº 03/2010/DIRAD/DIOPE/ANS, os pedidos de ressarcimento de despesas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, caracterizados como assistência social, devem ser reconhecidos de acordo com a IN/DIOPE nº 32, de 11 de setembro de 2009, e contabilizados na rubrica "Outras provisões técnicas" em contrapartida ao resultado do exercício "Despesas Operacionais".

Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora, sendo calculada com base em métodos atuariais que levam em consideração a experiência passada utilizando-se de triângulos de *"run-off"* para o período de 12 meses.

B. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para perdas sobre crédito sobre as contraprestações é constituída por quantidade de dias em atraso, a qual representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas calculadas, conforme os critérios definidos pela RN nº 322/13.

Perdas históricas e condições econômicas atuais podem não ser necessariamente um indicativo de perdas futuras, e o impacto de condições econômicas em cada um de seus clientes é difícil de ser estimado. As quantias incobráveis futuras não refletidas nas estimativas atuais, alterará a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de registro na demonstração do resultado.

C. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. A Operadora não possui ativos contingentes registrados.

(b) Passivos contingentes - são formalizados quando a Operadora tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Adicionalmente, quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo, uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

(c) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

D. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, riscos de liquidez, riscos de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

E. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

A. **Ambiente regulatório**

Compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS"), inclusive políticas de comercialização e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Nesse contexto, OPS classificadas nas categorias de administradora, cooperativa médica, cooperativa odontológica, filantropia, medicina de grupo e odontologia de grupo, estão sujeitas às exigências regulatórias da ANS.

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de operadora de planos médicos coletivos com cobertura de risco, encontra-se autorizada para funcionamento desde 20 de julho de 2007.

B. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa ou disponíveis em conta-corrente da rede bancária e investimentos financeiros em moeda nacional, cujo vencimento original é igual ou inferior a 3 meses a contar da data de aquisição, e que apresentem risco insignificante de mudança do valor justo que são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. As totalidades dos montantes que atendem cumulativamente os critérios de caixa e equivalente de caixa estão registradas na rubrica "Caixa e bancos" e referem-se a saldos de contas-correntes mantidas em instituições financeiras.

C. **Instrumentos financeiros**

1. Classificação

A Operadora classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Compreendem principalmente títulos e valores mobiliários, créditos das operações com assistência à saúde, contas a pagar e os débitos de operações com assistência à saúde.

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, conforme seguem:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante independentemente dos seus prazos de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido" no período em que ocorrem.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos não derivativos, e que não tenham sido classificados como ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Operadora avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes, pelo seu valor líquido de efeitos tributários.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, as contraprestações a receber que são registradas no grupo "Créditos das operações com planos de assistência à saúde".

2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Operadora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo ou custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

D. **Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são contratados na modalidade de preço "preestabelecido" e são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações líquidas", sendo reconhecidos, quando da emissão das faturas de cobrança, observando o período de cobertura contratual que se findam dentro dos próprios meses.

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, o valor correspondente é registrado como faturamento antecipado, onde permanecerá até o início do período de cobertura, ocasião em que serão apropriadas.

E. **Imobilizado**

Demonstrados ao custo de aquisição e são compostos substancialmente por móveis e utensílios, equipamentos de informática, veículos e imóvel de uso próprio, sendo que a depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas divulgadas na Nota 7.

Para fins contábeis, a Operadora estabelece a distinção entre os contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil líquido e são incluídos no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

A Operadora optou por não avaliar os itens do ativo imobilizado ao valor justo na data de transição, considerando que:

(i) O método do custo deduzido da provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Operadora;

(ii) A Operadora possui controles eficazes sobre os bens do imobilizado que possibilitam a indicação de estimativa de vida útil dos bens;

(iii) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos bens, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do valor justo;

(iv) A ANS não aprovou especificamente a utilização do conceito do custo atribuído.

F. **Outros passivos circulantes e não circulantes**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Outros passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões são reconhecidas quando a Operadora tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

G. **Benefícios a empregados**

O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. Não há planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-emprego.

A Operadora mantém diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, assistência dental, seguro de vida em grupo e participação nos lucros.

O plano de assistência médica e dental é oferecido a todos os seus funcionários, com benefícios definidos em cláusulas contratuais sem ônus.

O seguro de vida também é oferecido a todos os funcionários, sem qualquer ônus, a partir da data de admissão na Operadora.

A Operadora tem planos de distribuição de lucros para empregados, nos termos de acordos coletivos de trabalho celebrados. O valor pago a cada empregado pode variar de 0% a 100% do salário, dependendo da performance do empregado nas avaliações individuais de desempenho.

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício e aprovação das demonstrações financeiras pelos sócios, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Operadora.

H. **Tributos sobre a prestação de serviços**

A Operadora está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 4%; e
- Impostos Sobre Serviços (ISS) - 2%.

I. **Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%, aplicada sobre a base de cálculo definida pela legislação em vigor.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

J. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são registradas, contabilmente, em regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos planos médicos com cobertura de risco.

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.

O resultado inclui rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a classificação e composição das aplicações estão detalhadas abaixo:

	2015		2014		2015
	Valor				Vencimento
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	indeterminado
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado					
Fundos abertos de renda fixa (a)	128.997	128.997	95.644	95.644	128.997
Ações	723	692	720	723	692
Total	129.720	129.689	96.364	96.367	129.689

(a) Do montante total, o valor de R$ 48.906 (R$ 37.891 em 2014) refere-se a fundos garantidores que dependem da autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para serem movimentados.

Fundos de investimento:

	2015	2014
Itaú - Large Corporate DI Referenciado	29.972	23.908
HSBC FI RF ANS	39.364	30.644
Santander FI ANS RF	9.542	7.247
Santander DI Corporate	141	-
BNPP - Targus DI FIC Referenciado	7.366	17.514
BNPP - Credit FI RF CP LP	115	11.979
BNPP - Match DI FI	37.662	-
BANCO JP Morgan S.A.	4.835	4.352
Total	128.997	95.644

Garantia das provisões técnicas

As provisões técnicas estão assim constituídas:

	2015	2014
Provisão de eventos / sinistros a liquidar	722	362
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	44.437	32.317
Total provisões técnicas	45.159	32.679
Cotas de fundos de investimento	48.906	37.891
Imóveis (a)	1.708	1.708
Total ativos garantidores	50.614	39.599
Suficiência	5.455	6.920

(a) Refere-se a seis imóveis vinculados.

As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da Resolução Normativa – RN nº 159 de 3 de julho de 2007 e alterações posteriores, que dispõe sobre a aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras. É opcional a vinculação de ativos garantidores para a parcela de Provisão de eventos / sinistros a liquidar, referente aos eventos / sinistros que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios dispostos na RN nº 227 de 19 de agosto de 2010 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Operadora possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos da RN nº 227/10.

A seguir, apresenta-se a movimentação das aplicações:

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	IRRF	Saldo final
Aplicações	96.367	319.126	(297.244)	13.963	(2.523)	129.689

2014						
Descrição	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	IRRF	Saldo final
Aplicações	56.723	248.255	(215.128)	8.044	(1.527)	96.367

Determinação do valor justo

As cotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da cota informado pelos Administradores dos fundos na data de levantamento das demonstrações financeiras. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. O valor justo das ações é apurado com base na cotação das ações, na data de fechamento, divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

- Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.
- Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: Ativo que não seja precificado com base em dados observáveis no mercado, sendo necessária a utilização de premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

Os títulos e valores mobiliários na categoria Valor justo por meio do resultado enquadram-se no nível 2 da hierarquia do valor justo, segundo suas características de valorização e ações do mercado aberto enquadram-se no nível 1 da hierarquia.

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundo aberto de renda fixa	-	128.997	128.997	-	95.644	95.644
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Ações	692	-	692	723	-	723
Total	692	128.997	129.689	723	95.644	96.367

5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição dos prêmios a receber está assim demonstrada:

	2015	2014
Contraprestações a vencer	80	725
0 a 30 dias	80	512
31 a 60 dias	-	213
61 a 90 dias	-	-
Contraprestações vencidas		
0 a 30 dias	1.089	205
31 a 60 dias	16	8
61 a 90 dias	19	33
91 a 120 dias	-	2
121 a 180 dias	7	5
181 a 365 dias	-	12
Acima de 365 dias	225	235
Total vencidos	1.356	500
Total contábil	1.436	1.225
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(234)	(286)
Prêmios a receber	1.202	939

Movimentação das contraprestações pecuniárias a receber:

	2015	2014
Saldo inicial	1.225	604
Contraprestações líquidas	571.073	408.697
Recebimentos	(570.862)	(408.076)
Saldo final	1.436	1.225

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:

	2015	2014
Saldo inicial	(286)	(116)
(Constituições)	(389)	(285)
Reversões	441	115
Saldo final	(234)	(286)

6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2015	2014
Adiantamento de sinistros	2.852	1.125
Provisão para redução ao valor recuperável	(51)	(55)
Adiantamento de comissões	3.488	3.540
Adiantamento a fornecedores	1	13
Outros títulos a receber	620	573
Glosas a recuperar	4.645	1.238
Subtotal	11.555	6.434
Outros títulos a receber de longo prazo	2.078	4.019
Provisão para redução ao valor recuperável créditos	(2.078)	(2.078)
Subtotal	-	1.941
Total	11.555	8.375

A seguir, apresentamos a composição de adiantamento de sinistros:

	2015	2014
A vencer	2.139	1.068
Vencidos		
1 a 30 dias	283	1
31 a 60 dias	362	-
61 a 90 dias	17	-
121 a 365 dias	7	36
Acima de 365 dias	44	20
Total	2.852	1.125
Provisão para redução ao valor recuperável	(51)	(55)
Total	2.801	1.070

7. IMOBILIZADO

2015						
Descrição	Taxa média anual	Saldo inicial	Adições	(Baixas)	(Depreciações)	Saldo final
Máquinas e equipamentos	10%	65	191	-	(22)	234
Veículos (*)	10%	960	292	(122)	(147)	983
Móveis e utensílios	10%	423	43	-	(63)	403
Instalações	10%	86	109	-	(25)	170
Equipamentos de informática	20%	777	185	-	(242)	720
Imóveis (*)	1,8%	7.985	-	-	(284)	7.701
Outras imobilizações	10%	32	4	-	(4)	32
Sistemas de informática	20%	1.186	57	-	(354)	889
Total		11.514	881	(122)	(1.141)	11.132

2014						
Descrição	Taxa média anual	Saldo inicial	Adições	(Baixas)	(Depreciações)	Saldo final
Máquinas e equipamentos	10%	161	20	(87)	(29)	65
Veículos (*)	10%	872	195	-	(107)	960
Móveis e utensílios	10%	457	78	(38)	(74)	423
Instalações	10%	99	-	(1)	(12)	86
Equipamentos de informática	20%	805	434	(54)	(408)	777
Imóveis (*)	1,8%	8.127	-	-	(142)	7.985
Outras imobilizações	10%	33	12	-	(13)	32
Sistemas de informática	20%	1.404	194	(43)	(369)	1.186
Total		11.958	933	(223)	(1.154)	11.514

(*) As taxas de depreciação dos veículos e imóveis foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico interno de avaliação.

8. PRÊMIOS E EMOLUMENTOS RECEBIDOS

A conta "Prêmios e emolumentos recebidos" registra as contraprestações recebidas em antecipação ao período de cobertura de riscos, em contratos firmados na modalidade de "pré-pagamento", sendo esses valores baixados em até 30 dias.

Movimentação da conta de prêmios e emolumentos recebidos:

	2015	2014
Saldo inicial	25.242	17.105
Recebimentos	343.667	253.676
(-) Baixas	(339.562)	(245.539)
Saldo final (Nota 12)	29.347	25.242

9. PROVISÕES TÉCNICAS

	2015	2014
Provisão de eventos a liquidar - SUS	212	219
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	14.663	12.267
	14.875	12.486

a) *Movimentação de eventos a liquidar*

	2015	2014
Saldo inicial	12.486	8.279
Eventos indenizáveis	427.573	294.290
Eventos a pagar SUS	212	219
Recuperação de eventos indenizáveis	(23.362)	(11.628)
Eventos pagos	(391.279)	(272.497)
Outros prestadores de serviços médicos	(10.755)	(6.177)
Saldo final	14.875	12.486

b) *Tempo de permanência*

	2015	2014
0 a 30 dias	12.535	10.972
31 a 60 dias	564	350
61 a 90 dias	83	-
91 a 120 dias	134	-
Mais de 120 dias	72	10
Total provisão de eventos / sinistros a liquidar	13.388	11.332
0 a 30 dias	1.270	927
31 a 60 dias	1	1
61 a 90 dias	1	-
91 a 120 dias	3	-
Mais de 120 dias	-	7
Total reembolso	1.275	935
Total geral	14.663	12.267
Sem data de vencimento (SUS)	212	219

c) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA*

Durante o exercício de 2015, a Operadora obteve aprovação da sua nota técnica para a constituição da provisão para eventos ocorridos e não avisados.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2015, para provisão para eventos ocorridos e não avisados é de R$ 44.437 (R$ 32.317 em 2014), considerando os critérios estabelecidos pela RN nº 209 de 22/12/2009.

10. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Operadora é parte envolvida em processos cíveis que estão sendo discutidos, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2015, a Operadora mantinha uma provisão de R$ 1.712 (R$ 1.556 em 2014), correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável.

A movimentação dessas provisões no exercício de 2015, segundo sua natureza, pode ser assim resumida:

	2014	Adições	Baixas	2015
Ações cíveis	1.556	255	(167)	1.644
Ações trabalhistas	-	68	-	68
Total	1.556	323	(167)	1.712

A Operadora responde a 91 processos de natureza cível, relacionados a não cobertura assistencial com expectativa de perda provável, os quais estão em diversas fases de tramitação.

A Operadora está envolvida em 50 outros processos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais na opinião da Administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos.

Na opinião da Administração, não se espera que qualquer um desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Operadora. Em 31 de dezembro de 2015, os montantes de risco máximo desses processos é de R$ 2.591 (R$ 2.157 em 2014).

De acordo com a legislação vigente, as operações das Empresas estão sujeitas a revisões das Autoridades Tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados e os valores identificados ficam sujeitos à multa, juros e atualização monetária.

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os valores apresentados no passivo circulante contemplam:

	2015	2014
a) Provisões		
Imposto de renda (Nota 16)	8.322	7.511
Antecipação de imposto de renda	(6.898)	(6.264)
Contribuição social (Nota 16)	3.005	2.710
Antecipação de contribuição social	(2.238)	(2.095)
	2.191	1.862
b) Tributos e contribuições a recolher		
PIS e COFINS	743	433
Contribuições previdenciárias	656	548
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	60	60
Outros	1.208	583
	2.667	1.624
Total	4.858	3.486

12. DÉBITOS DIVERSOS

Os valores apresentados no grupo de débitos diversos contemplam:

	2015	2014
Provisões		
Obrigações com pessoal	3.619	3.043
Fornecedores	59	106
Depósitos de beneficiários e terceiros (Nota 8)	29.347	25.242
Outros débitos a pagar (saúde)	825	282
	33.850	28.673

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 10.000 (R$ 6.700 em 2014) composto por 10.000.000 cotas sem valor nominal. A composição acionária é a seguinte:

Cotistas	Cotas subscritas e integralizadas	Participação
Roberto Laganá Pinto	2.500.000	25%
Service Care Participações e Negócios S.A.	7.500.000	75%
Total	10.000.000	100%

b. Reserva de lucros

As reservas de lucros foram constituídas a partir das destinações dos lucros anuais não distribuídos aos cotistas, podendo ser destinada a aumento de capital, absorção de prejuízos ou distribuição complementar aos cotistas, proposta pela Diretoria e aprovadas pelos cotistas.

c. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio propostos

De acordo com contrato social, os lucros apurados poderão ser utilizados na compensação de prejuízos acumulados, distribuídos aos cotistas, retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros acumulados ou reservas da sociedade ou capitalizados.

Conforme deliberação dos cotistas, formalizada em ata, os lucros podem ser distribuídos de forma antecipada e não proporcional à participação dos cotistas no capital, sendo assegurada a um dos cotistas uma antecipação mínima por conta de lucros do exercício de R$ 1.540.

O saldo apurado, após essa antecipação, é distribuído entre os sócios proporcionalmente a sua participação no capital social.

Em 2015, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 4.554 (R$ 8.470 em 2014), aprovados em atas de reunião de cotistas para aprovação das demonstrações financeiras dos respectivos exercícios.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Operadora aprovou a distribuição a seus cotistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), incluindo o valor do dividendo. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio calculados, em 31 de dezembro de 2015, totalizou R$ 526 líquidos de imposto de renda da fonte, foi contabilizado como despesa financeira, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio foram revertidos da conta de despesas financeiras tendo como contrapartida a conta de reserva de capital (lucros acumulados).

O valor de juros sobre capital próprio no montante de R$ 526 (R$ 280 em 2014) foi retido em 2015 e transferido para conta de reserva de capital.

14. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	2015	2014
a) Receitas operacionais brutas	571.073	408.698
b) Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(9.096)	(6.904)
COFINS	(5.493)	(3.838)
PIS	(893)	(900)
ISS	(2.710)	(2.166)
c) Despesas comerciais	(53.478)	(35.317)
Pré-pagamento	(53.478)	(35.317)
d) Outras receitas e despesas operacionais	13	-
Prêmio e reembolsos recebidos (*)	917	961
Outras receitas operacionais	2.224	610
Despesas com administração de carteiras	(66)	(92)
Despesa com constituição de redução ao valor recuperável	(1.440)	(265)
Despesa prevenção de riscos e doenças	(1.622)	(1.214)

(*) A Operadora recebe mensalmente da Odontoprev S.A., que opera no segmento odontológico, a título de administração da carteira conjugada existente, uma remuneração equivalente a 7% sobre o faturamento mensal líquido de impostos diretos da referida carteira.

	2015	2014
e) Despesas administrativas	(50.118)	(41.185)
Pessoal	(37.299)	(27.732)
Serviços de terceiros	(3.859)	(5.500)
Localização e funcionamento	(5.319)	(4.368)
Publicidade e propaganda	(1.720)	(1.041)
Tributos	(765)	(318)
Diversas	(1.156)	(2.226)
f) Receitas financeiras	14.719	8.812
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	13.963	8.044
Juros recebidos	756	768
g) Despesas financeiras	(844)	(472)
Despesas com tarifas bancárias	(181)	(145)
Despesas com juros sobre capital próprio	(625)	(325)
Outras despesas / fundo financeiro	(38)	(2)
h) Resultado operacional	(9)	(225)
Receitas patrimoniais	-	-
Despesas patrimoniais	(9)	(225)

15. PARTES RELACIONADAS

A Operadora mantém transações com empresas relacionadas, conforme abaixo resumido:

Passivo		
Pagamento de dividendos	4.553	8.470
Total do passivo	4.553	8.470

	Despesas	
Demonstração do resultado	**2015**	**2014**
Ligadas		
Personal System Serviços Médicos e Odontológicos Ltda.		
Despesas com gestão de eventos indenizáveis (*)	3.773	2.430
Care Plus Negócios em Saúde Ltda.		
Despesas com gestão eventos indenizáveis (*)	772	532
Total do resultado	4.545	2.962

(*) Refere-se a contrato de prestação de serviços de medicina preventiva e apoio aos beneficiários de planos de saúde, sendo os custos relacionados a essa prestação de serviços registrados na rubrica eventos indenizáveis.

A rubrica "Despesas Administrativas" inclui a remuneração paga aos Administradores no montante de R$ 1.840 (R$ 1.710 em 2014) que compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. A Operadora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	2015	2014
Lucro antes das provisões tributárias e da reversão dos juros sobre capital próprio	32.566	28.528
(+/-) Adições e/ou exclusões	194	1.255
(+) Reversão dos juros sobre capital próprio	625	324
(=) Base de cálculo	33.385	30.107
(=) Imposto de renda 15% e 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a 240 no exercício)	(8.322)	(7.500)
(=) Despesa de imposto de renda	(8.322)	(7.511)
(=) Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%	(3.005)	(2.709)
(=) Ajuste de pagamento a maior	-	(1)
(=) Despesa de contribuição social sobre o lucro líquido	(3.005)	(2.710)

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. *Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência*

A RN nº 209 e suas alterações dispõem sobre os critérios de operação para as OPS que estabelece:

(i) Valor mínimo do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no artigo 3º desta Resolução, calculado a partir da multiplicação do fator "K", obtido na Tabela do Anexo I a essa Resolução, pelo capital base de R$ 5.002; atualizado monetariamente;

(ii) Margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações / prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações / prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido.
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos / sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos / sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo VIII da RN nº 313/12, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas, conforme abaixo:

- Até dezembro de 2012: 35% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2014: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- Em dezembro de 2014: 41% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% (zero vírgula seiscentos e quinze por cento) do valor da MS, em adição ao estabelecido no item III acima;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Care Plus estava em conformidade com o requerido.

18. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Reconciliação de aumento líquido de caixa e equivalente de caixa com lucro líquido:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	21.240	18.307
Provisão de crédito liquidação duvidosa	1.440	265
Depreciação e amortização	1.141	1.154
Compra de ativo imobilizado não liquidado financeiramente	24	75
Ganhos e perdas não realizadas com TVM	(31)	2
Outros	66	129
Lucro líquido ajustado	23.880	19.932
Variações nos ativos e passivos:		
Variação dos títulos e valores mobiliários	11.245	(22.215)
Variação de créditos de operações com planos de assistência à saúde	158.028	87.100
Variação de contas a pagar	(150.082)	(67.182)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	(10.907)	(6.978)
Variação de demandas judiciais	325	(316)
Variação de caixa líquido anterior	1.442	11.033
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.051	1.442

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora mantém apólices de seguros de incêndio e responsabilidade civil geral para todas as empresas do Grupo, julgadas em montante suficiente, para cobrirem eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros para danos materiais e responsabilidade civil era de R$ 8.000. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. GESTÃO DE RISCOS

Em decorrência de suas atividades, a Operadora assume riscos inerentes às suas operações relacionadas com mercado, crédito, liquidez, sensibilidade à taxa de juros, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país.

Dado que a Operadora mantém uma estrutura simplificada e suas operações não são complexas, a gestão de riscos se apóia na competência e experiência técnica e profissional de seus executivos. Não obstante, a Administração vem se empenhando na implementação e formalização de políticas e procedimentos que assegurem a manutenção de práticas modernas de gerenciamento de riscos e governança corporativa.

a) *Risco operacional*

Risco operacional é definido como a possibilidade de eventuais perdas decorrentes de erro, falha, deficiência ou inadequação de processos e procedimentos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Considera também o risco legal ligado à deficiência ou inadequação em contratos firmados pela Entidade, bem como a sanções pelo descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros.

A Administração da Operadora está permanentemente comprometida na obtenção das melhores práticas de mercado, implementando e utilizando metodologias e recursos, notadamente aquelas relacionadas à gestão de riscos, possibilitando a melhoria da gestão e conhecimentos das eventuais perdas e suas causas.

b. *Risco de crédito*

É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Operadora mantém controles permanentes de seus contratos, adotando uma política de negociação de acordo com as práticas de mercado, características e necessidades de seus clientes. As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, consideradas como sendo de baixo risco de crédito.

c. *Risco de liquidez*

É o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A Operadora acompanha os prazos de liquidação de suas obrigações e liquidez de seus ativos financeiros revisando, permanentemente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, notadamente os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

Ativos financeiros	Liquidez imediata	A vencer em até 1 ano	Total
Disponível	2.606	-	2.606
Aplicações financeiras	129.689	-	129.689
Bens e títulos a receber	-	11.555	11.555
Total	132.295	11.555	143.850

Passivos financeiros	Sem vencimento	A vencer em até 1 ano	Total
Contas a pagar	-	33.614	33.614
Provisões técnicas	44.437	-	44.437
Depesas de comercialização a pagar	-	2.575	2.575
Provisões para demandas judiciais	1.712	-	1.712
Eventos a liquidar	212	14.663	14.875
Total	46.361	50.852	97.213

d. *Risco de mercado*

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços.

A Operadora concorre com outras operadoras que atuam no mercado no mesmo segmento de planos de assistência à saúde e discute os riscos de mercado nas reuniões da diretoria.

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos e passivos financeiros da Operadora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança nas variáveis de CDI e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido:

Instituição financeira	Posição em 31/12/2015	Risco
Itaú	29.972	Fundo de Investimento (CDI)
Santander	9.683	Fundo de Investimento (CDI)
HSBC	39.364	Fundo de Investimento (CDI)
Paribas	45.143	Fundo de Investimento (CDI)
JP Morgan	4.835	Fundo de Investimento (CDI)

Cenário provável		Cenário 2		Cenário 3	
%	Rendimentos	%	Rendimentos	%	Rendimentos
14,14%	4.238	14,39%	4.313	14,88%	4.460
14,14%	1.369	14,39%	1.393	14,88%	1.441
14,14%	5.566	14,39%	5.664	14,88%	5.857
14,14%	6.383	14,39%	6.496	14,88%	6.717
14,14%	684	14,39%	696	14,88%	719

DIRETORIA

ROBERTO LAGANÁ PINTO — Presidente

LUIZ ROBERTO FONSECA DE CAMARGO — Diretor Comercial

HERALD LANDY — Diretor Executivo

JOÃO CARLOS MARQUES — Diretor Financeiro

CONTADOR

ISAO YASUKAWA

CRC SP 1SP100774/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Cotistas da
Care Plus Medicina Assistencial Ltda.
Alphaville - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

São Paulo, 18 de março de 2016.

EY — Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3